



Anais da Assembléia

D.A. 038

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE ABRIL DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA

ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1998

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Toti Colaço.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X E P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 570

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões do item 05, 1ª discussão do Projeto de Lei nº 720,97, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões do item 06, 1ª discussão do Projeto de Lei nº 722,97, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 582

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO Nº 565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento da querida amiga PATRÍCIA JORDAN, filha do Senhor Lourival Santos e Aparecida Jordan, ocorrido no dia 14 de abril de 1998, no Município de Lindoeste, vítima de acidente automobilístico.

E ainda, solicita que os mesmos sejam dados ciência à família enlutada, à Avenida Marechal Rondon, s/n, Município de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento dos jovens CRISTIAN GASPAR E CAROLINA GASPAR, filhos do Prefeito Municipal de Lindoeste, Almir Gaspar, ocorrido no dia 14 de abril de 1998, no Município de Lindoeste, vítimas de acidente automobilístico.

E ainda, solicita que os mesmos sejam dados ciência à família enlutada, à Avenida Marechal Rondon, s/n, Município de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento da querida amiga ADRIANA SCHIMITH, filha do Senhor Ivo Schimith e Beatriz Schimith, ocorrido no dia 14 de abril de 1998, no Município de Lindoeste, vítima de acidente automobilístico.

E ainda, solicita que os mesmos sejam dados ciência à família enlutada, à Avenida Marechal Rondon, s/n, Município de Lindoeste.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 578

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora CLARA CAETANO COELHO, ocorrido no dia 28.03.98, em Cornélio Procopio.

Nascida em 05.06.24 em Passos, Estado de Minas Gerais, veio morar em Cornélio Procopio-PR, onde, por 40 anos, dedicou-se ao comércio no ramo de panificação. Pessoa trabalhadora, animada, otimista, comunicativa, muito simpática, vaidosa, elegante, era amorosa com todos e por isso confiante e grande incentivadora dos sonhos e anseios de todos seus fregueses e amigos.

Casada com José Joaquim Coelho, com quem teve 4 filhos: Fernando Caetano Coelho, Carlos Caetano Coelho, Marta Mônica Coelho Cassarotti e Idelma Maria Coelho; 2 genros: Amilton Cassarotti e João Libânio; 1 nora: Silmara; e 6 netos: Anderson, Thais, Monique, Marjorie, Suelen e Vinicius.

Foi uma matriarca exemplar; fazia tudo com amor e dedicação, foi grande mãe e esposa, católica fervorosa, exemplo de fé em Deus, força para viver e perseverança.

Uma dama de ferro, bela e sonhadora.

Quando moça sua beleza se destacava, tinha tanta vida, por isso pensávamos que viveria uns cem anos, agora nossos planos e sonhos com ela se eternizarão na morada divina, porém, nem o tempo, nem a distância poderão jamais apagar do coração de todos a lembrança dessa maravilhosa pessoa que soube conquistar o amor, o carinho e a amizade de todos os que tiveram a oportunidade de conhecê-la e conviver com ela.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Clara Caetano Coelho, enviando votos de profundo pesar para o Senhor José Joaquim Coelho, residente à Rua Benjamin Constant, 932, Cornélio Procopio - CEP 86300-000.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, Voto de congratulações ao Hospital Bom Jesus, alusivos ao coquetel de lançamento do Programa Providência Saúde, ocorrido no último dia 3 de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor Administrativo daquele hospital, Doutor Jorge Kawano, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Castelo Branco, 815 - Centro, CEP 86870-000, em Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, Voto de congratulações ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, alusivos à posse da nova Diretoria para o período de 1998 à 2002, ocorrida no último dia 1º de abril.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 2.143 - Sobreloja, CEP 80050-010, em Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 575

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de louvor, congratulações e muito aplauso a Dom ANUAR BATTISTI, por ter sido nomeado Bispo por Sua Santidade o Papa João Paulo II, para assumir a Diocese de Toledo.

Requer ainda, que seja oficiado ao homenageado no endereço: Rua General Rondon - Toledo - Paraná.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Toda a comunidade Cristã da Diocese de Toledo se encontra feliz e em festa por ver o Padre Anuar Battisti nomeado Bispo, por Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Filho de tradicional e pioneira família de Tupãssi, onde residem desde 1963, Dom Anuar Battisti foi ordenado Padre no ano de 1980 na Igreja de Tupãssi por Dom Geraldo Magela Agnelo, então Bispo da Diocese de Toledo e atualmente exercia as funções de Administrador Diocesano.

A Assembléia Legislativa do Paraná, se associa à alegria da Comunidade da Diocese de Toledo, transmitindo votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao novo Bispo da Igreja Católica.

REQUERIMENTO Nº 576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de louvor, congratulações e muito aplauso a Dom IRINEU ROQUE SCHERER, por ter sido nomeado Bispo por Sua Santidade o Papa João Paulo II, para assumir a Diocese de Garanhuns, no Estado de Pernambuco.

Requer ainda, que seja oficiado ao homenageado no endereço: Largo São Vicente de Paula - Casa Paroquial da Diocese de Toledo - CEP 85900-210 - Toledo - PR.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Toda a comunidade Cristã da Diocese de Toledo se encontra feliz e em festa por ver seu "filho" nomeado Bispo, por Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Filho de tradicional e pioneira família de Toledo, onde reside desde 1955, Dom Irineu Roque Scherer foi ordenado Padre no ano de 1978 por Dom Armando Cirio, então Bispo da Diocese de Toledo e atualmente exercia o cargo de Vigário Geral da Catedral Cristo Rei.

A Assembléia Legislativa do Paraná, se associa à alegria da Comunidade da Diocese de Toledo, transmitindo votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao novo Bispo da Igreja Católica.

REQUERIMENTO Nº 579

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER o envio de votos de louvor ao HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ pela realização do milésimo transplante de medula óssea pela equipe do Doutor Ricardo Pasquini, diretor do Serviço de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Hospital das Clínicas é hoje uma referência internacional, com uma equipe altamente atualizada, operando com padrões que se comparam aos dos

principais centros do mundo. Apesar de ser uma instituição pública universitária, atende há 18 anos mantendo um serviço de alta complexidade.

A realização desse transplante pela equipe do Doutor Ricardo Pasquini, Diretor do STMO, que possui o domínio das mais sofisticadas técnicas ligadas ao assunto, representa 60% da demanda nacional em um serviço que foi pioneiro na América Latina.

Desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o presente Requerimento objetiva manifestar o reconhecimento ao Hospital de Clínicas e à equipe do Serviço de Transplante de Medula Óssea, representado pelo Doutor Ricardo Pasquini.

REQUERIMENTO Nº 560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso das suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor RUBENS TANURE, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que sejam tomadas providências em relação ao caso do Senhor Colbert Ribeiro Dias, designando uma equipe de policiais devidamente qualificados para sua resolução.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Colbert Ribeiro Dias, residente em Guaratuba, teve sua casa invadida, no dia 24.01.98, por três marginais, prováveis fugitivos da Delegacia local, que realizaram os mais variados atos de vandalismo e barbárie, roubando e torturando.

A vítima sofreu diversas agressões físicas mediante tortura efetuada pelos marginais; teve perda da visão esquerda, cortes profundos na região da cabeça, feitos por uma tesoura, e a face retalhada com objetos cortantes. Os marginais ainda roubaram algumas jóias, eletrodomésticos e o carro da vítima, fugindo, sem encontrar nenhuma dificuldade.

O caso foi apresentado à Delegacia de Polícia de Guaratuba, e apesar dos esforços da equipe de plantão, os marginais não foram capturados.

Esse Requerimento tem por objetivo, solicitar a designação de uma equipe de policiais qualificados, sen-

do que, naquela Delegacia, não há contingente específico para tal caso.

Desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para ver esta questão esclarecida, peço aprovação ao presente Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 561

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor RAMIRO WAHRHAFTIG, Secretário de Estado da Educação, solicitando informações a respeito da entrega dos computadores a que constituíram direito as Escolas Públicas do Estado do Paraná, quando das suas participações, através do alunato, na Campanha denominada "NOTA 10", promovida por esta Secretaria em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda.

Desta forma, este Deputado espera ver o presente Requerimento aprovado pelos Senhores Parlamentares.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando cópia de todos os protocolos e documentações pertinentes à concessão das rodovias do denominado Anel de Integração.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o descaso manifestado em relação àqueles que usam o trecho de Ponta Grossa a Curitiba, por parte da empresa concessionária Rodonorte e, tendo esta Casa, em especial este Deputado, interesse e responsabilidade de representação para com os paranaenses sobre a privatização das estradas do Paraná, respeitosamente, vem solicitar cópia dos protocolos e documentações pertinentes à concessão das rodovias do denominado Anel de Integração.

Desta forma, este Deputado espera ver o presente Requerimento aprovado pelos Senhores Parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 572

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o envio a esta Casa de Leis de cópia do processo licitatório do programa de concessão de Rodovias (Anel de Integração Rodoviária), de conformidade com o art. 3º, § 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente Requerimento justifica-se, face à necessidade de que esta Casa e os Senhores Parlamentares possam ter conhecimento detalhado dos termos do mencionado contrato, possibilitando uma correta avaliação sobre a legitimidade das concessões.

REQUERIMENTO Nº 581

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor MANOEL GARCIA CID, Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, com a solicitação de esclarecimentos referentes as declarações prestadas à imprensa acusando os Deputados de serem inadimplentes, apontando e nominando os que realmente são devedores e que não estão em dia com as suas obrigações e demais esclarecimentos necessários, conforme justificativa anexa, bem como de empréstimos eventualmente realizados a juros subsidiados.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(aa) EDGAR BUENO, AUGUSTINHO ZUCCHI, JOÃO TECHY, VALDIR ROSSONI, EDNO GUIMARÃES, NELSON TURECK, EMERSON NERONE, ÉLIO RUSCH, HIDEKAZU TAKAYAMA, LUIZ ACCORSI, EDUARDO TREVISAN, CEZAR SILVESTRI, EDSON LINO, ALBANOR GOMES,

IRONDI PUGLIESI, DURVAL AMARAL, BASÍLIO ZANUSSO, HERMAS BRANDÃO, ORLANDO PESSUTI, NEIVO BERALDIN, GERALDO CARTÁRIO, WALMOR TRENTINI, DOUTOR ROSINHA, JOSÉ MARIA FERREIRA, SÂMIS DA SILVA, ÂNGELO VANHONI, CAÍTO QUINTANA, DUÍLIO GENARI, LUIZ CARLOS MARTINS, CLEITON KIELSE, TOTI COLAÇO, RENE BORSATTO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, LUIZ CARLOS ZUK, SÉRGIO SPADA, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se na preocupação e na defesa dos interesses públicos, em especial aos relacionados com a situação do Banco do Estado do Paraná.

O Presidente do BANESTADO, Senhor Manoel Garcia Cid, em manifestação pública presenciada e divulgada por toda a imprensa do Estado, acusou de forma generalizada os Deputados de serem inadimplentes, culpando-os pelo rombo financeiro do Banco.

As declarações causaram muita insatisfação, pois foram generalizadas e sem qualquer fundamento.

Diante de tão grave acusação, a existência de Deputados inadimplentes ou mau pagadores deve ser comprovada, para não correremos o risco de uma ofensa ao Poder Legislativo, como um dos poderes do nosso Estado e órgão de representação popular.

Existe a necessidade de esclarecimentos junto a toda população paranaense, para que não fiquem lacunas que possam atingir a imagem daqueles homens públicos que dão exemplos a todos os paranaenses.

Para tanto, faz-se necessário:

♦ a divulgação da relação dos Deputados que não cumprem suas obrigações junto ao BANESTADO, ou seja, os inadimplentes, evitando acusações infundadas contra todo o Poder Legislativo. É necessário que existam fundamentos para evitarmos falsas acusações.

O BANESTADO pode e deve cobrar os seus devedores, respeitando os ditames legais. Para isso, juridicamente, são inúmeros os métodos de cobrança.

Não pode o Banco do Estado do Paraná, nem mesmo o seu Presidente, levantar infundadas acusações e desrespeitar aqueles que estão em dia com as suas obrigações ou nada devem àquela instituição.

Tendo em vista a importância do presente Requerimento, pleiteamos aos nobres Pares o aval para esta proposição.

REQUERIMENTO Nº 584

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de um terminal de transportes rodoviário, com 400 m², no Município de Douradina.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A proposta fundamenta-se na necessidade de se construir no Município de Douradina um terminal rodoviário apropriado e que possa atender a demanda da população.

A obra pretendida é de 400 m², que possibilitará o embarque e desembarque de passageiros de maneira segura e eficiente, sem contar com as várias facilidades que um terminal rodoviário oferece para a comunidade.

Diante destas condições, e preocupados com a segurança da população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

Projeto de Lei Complementar:**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 112/98**

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Estado do Paraná prestará, quando solicitado, apoio consistente em cooperação técnica para orientar municípios paranaenses na criação e implantação de Consórcio Intermunicipal relacionado com a prestação de serviços públicos de interesse comum, nas funções, áreas e setores indicados pela presente lei.

§ 1º - A cooperação do Estado referida neste artigo, dar-se-á sob forma técnico-profissional para orientar a organização de Consórcio Intermunicipal, sua implantação e à análise de condições adequadas para a avalia-

ção de investimentos em funções, áreas e setores mencionados nesta lei.

§ 2º - Considera-se Consórcio Intermunicipal, para efeito desta lei, a sociedade de municípios, integrantes de mesmo aglomerado urbano ou microrregional, previamente autorizada por lei, pela sua respectiva Câmara de Vereadores, por proposta do Prefeito Municipal, com a finalidade de executar serviço público de interesse comum ou obra, adquirir bens, produtos e equipamentos, ou ainda, realizar evento no âmbito da competência municipal.

§ 3º - O Consórcio Intermunicipal será reconhecido pelo Estado quando legalmente constituído, com personalidade jurídica de direito privado e revestido das exigências estipuladas pelo direito civil.

§ 4º - O Consórcio Intermunicipal terá direção executiva única, prevista em seus atos constitutivos e deverá reger-se por Estatuto aprovado por seu Conselho Diretor previsto nesta lei.

§ 5º - O Consórcio Intermunicipal, na condição de ente de cooperação, reportar-se-á ao Gabinete do Prefeito ou ao respectivo órgão de planejamento e coordenação geral de município que o integre, bem como à Secretaria de Estado em cuja função, área ou setor corresponder convênio que vier a celebrar com o Estado do Paraná a fim de desempenhar ações e atividades em regime de mútuo interesse.

§ 6º - Equipar-se-á ao Consórcio Intermunicipal a Associação de Municípios que atenda às finalidades deste e preencha os requisitos para reconhecimento do mesmo pelo Estado, nos termos desta lei.

§ 7º - O Consórcio Intermunicipal poderá articular-se com Associação de Municípios com vistas ao intercâmbio de informações e ao aperfeiçoamento das finalidades e dos objetivos de esforço comum em prol do desenvolvimento do Estado.

Art. 21 - Constituem serviços possíveis de serem executados sob forma consorciada por mútuo interesse, com ou sem realização de obra, aquisição de bens, produtos e equipamentos, os relacionados com as seguintes funções, áreas ou setores, com a participação da Administração Pública Estadu-

al, quando for o caso, segundo a Constituição do Estado:

- I. os decorrentes da competência do Estado, em comum com a União ou município, como previsto no art. 12, incisos I a XI;
- II. os decorrentes da competência do município estabelecida no art. 17, incisos I a XII;
- III. os relacionados com a Política Urbana, decorrentes da aplicação dos artigos 150, 152 e 153;
- IV. os relacionados com Políticas Agrícola e Agrária, decorrentes da aplicação dos artigos 154 a 160;
- V. os relacionados com Recursos Naturais, decorrentes da aplicação dos artigos 161 a 164;
- VI. os relacionados com Seguridade Social, decorrentes da aplicação dos artigos 165 e 166;
- VII. os relacionados com a Saúde, decorrentes da aplicação dos artigos 167 e 172;
- VIII. os relacionados com Assistência Social, decorrentes da aplicação dos artigos 173 a 176;
- IX. os relacionados com Educação, Cultura e Desporto, decorrentes da aplicação dos artigos 177 a 199;
- X. os relacionados com Ciência e Tecnologia, decorrentes da aplicação dos artigos 200 a 205;
- XI. os relacionados com Meio Ambiente, decorrentes da aplicação dos artigos 297 a 209;
- XII. os relacionados com Saneamento, decorrentes da aplicação dos artigos 210 e 231; e
- XIII. os relacionados com Habitação, decorrentes da aplicação dos artigos 212 e 213.

Parágrafo Único - Incluem-se entre a prestação de serviços, execução de obras, aquisição de bens, produtos e equipamentos, possíveis de execução consorciada entre municípios e o Estado, se for o caso, além dos previstos neste artigo, os que forem objeto de plano, programa, projeto mantido por fundo especial, criado em lei estadual, com destaque para os relacionados com o desenvolvimento urbano do Paraná.

Art. 3º - A direção executiva de Consórcio Intermunicipal será exercida por um Conselho Diretor composto, respectivamente:

- I. pelo Prefeito de cada município consorciado; e
- II. por 1 (um) representante técnico e respectivo suplente de cada município consorciado, de livre escolha do Prefeito Municipal, que reúna capacidade e conhecimentos específicos, preferencialmente de nível superior, compatíveis com matérias e práticas inerentes à Administração Municipal.

§ 1º - Os membros do Conselho Diretor mencionados no inciso II deste artigo terão mandato de 2 (dois) anos, permitida recondução por igual período.

§ 2º - A função de membro do Conselho Diretor não será remunerada, sendo considerada de relevante mérito público a sua participação.

§ 3º - O Consórcio Intermunicipal disporá de Secretário Executivo, portador de nível superior, para se ocupar das ações e atividades de seu gerenciamento técnico e administrativo, recrutado mediante seleção competitiva pública e remunerado pelo plano de salários e benefícios do consórcio.

Art. 4º - Ao Conselho Diretor cabe elaborar Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum (PLACIC) para a execução de serviço público indicado no artigo 2º desta lei, de forma isolada ou cumulativa, segundo o grau de relevância, prioridade e disponibilidades materiais e imateriais do Consórcio Intermunicipal, ou para a realização de obra, aquisição de bens, produtos e equipamentos, que com este seja compatível.

Parágrafo Único - Na elaboração e aprovação do plano de que trata este artigo será levada em estrita consideração e observância os dispositivos legais inerentes a cada serviço público, consoante à função, área ou setor selecionado para a execução consorciada.

Art. 5º - O processo de elaboração do plano de Ação Conjunta de Interesse Comum (PLACIC), a cargo do Conselho Diretor Intermunicipal deverá obedecer, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- I. fazer referência individualizada de programas, projetos, ações e atividades inerentes ao serviço público de interesse comum intermuni-

cipal com a cooperação do Estado, se for o caso, segundo inscrição na lista indicativa constante do artigo 2º desta lei;

II. guardar observância e compatibilidade estritas com plano, programa, projeto, ações e atividades formulados pelos municípios consorciados, segundo a Lei Orgânica e legislação complementar;

III. cumprir exigências contidas nas normas da legislação federal, estadual ou municipal relacionadas com a função, área ou setor objeto da lista indicativa constante do artigo 2º desta lei;

IV. proceder levantamento pormenorizado dos recursos humanos, financeiros e outros, materiais e imateriais, a serem utilizados no PLACIC visando a eficiência e à eficácia da execução consorciada;

V. realizar estudos técnicos consistentes com vistas ao dimensionamento e justificação de investimentos atuais e futuros;

VI. diligenciar no sentido de aprovação prévia, de inclusão no Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum (PLACIC) de matéria concernente à audiência de Conselho Municipal ou órgão colegiado de deliberação municipal, compatível com a função, área ou setor objeto de execução consorciada;

VII. especificar, objetiva e pormenorizadamente, as obrigações e compromissos a cargo de órgão, entidade ou fundo especial integrante da Administração Pública Estadual;

VIII. incluir ou fazer remissão a programa, projeto, ações e atividades previstos nos Planos Plurianuais de município consorciado e do Estado, quando participe, no que concerne às despesas relativas aos programas e projetos de duração continuada.

§ 1º - Os recursos financeiros para a elaboração e execução do Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum (PLACIC) serão previstos em dotações específicas constantes do Orçamento de cada município consorciado e do Orçamento Geral do Estado, quando houver convênio de participação deste, especialmente no que se refere à seguridade social, ou em créditos adicionais abertos para esse fim observadas as exigências da legislação em vigor.

§ 2º - Os municípios consorciados na forma estipulada por esta lei, e a seu critério, poderão dar em garantia, nas operações de financiamento quase fizerem necessárias para repasse ao Consórcio Intermunicipal, parcela de seus recursos próprios, ou daqueles originários de sua participação no ICMS e no FPM, observada a legislação em vigor e prévia autorização mediante Lei Municipal.

§ 3º - O Consórcio Intermunicipal poderá propor junto aos órgãos e entidades municipais e estaduais o remanejamento de parcelas de recursos destinados aos investimentos em programas e projetos objeto do Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum (PLACIC) de que trata esta lei, com destaque para os destinados à área de saúde nos termos do § 3º, do art. 3º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Art. 6º - O Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum (PLACIC) de execução a cargo do Consórcio Intermunicipal, deverá compreender respectivamente:

I. a agregação de programas, projetos, ações, atividades, obras e aquisição de bens, produtos e equipamentos indispensáveis à execução consorciada;

II. a menção de programa, projeto, ações e atividades relativas ao serviço público ou serviços públicos indicados, que devam ser executados ou inadimplentes com a participação de órgão, entidade ou fundo especial integrante da Administração Pública do Estado.

Parágrafo Único - O Consórcio Intermunicipal, atendidas as suas normas estatutárias, poderá atuar em casos e situações específicas, na prestação de serviços, execução de obra ou compra de bens, produtos e equipamentos, no interesse individual ou de apenas parte de seus municípios consorciados.

Art. 7º - O Consórcio Intermunicipal prestará contas aos órgãos próprios dos municípios consorciados bem como os do Estado, relativamente à aplicação dos recursos a ele repassados, em atendimento aos princípios constitucionais e legais de fiscalização e controle interno e externo.

Art. 8º - O Estado poderá celebrar convênio com Consórcio Intermunicipal instituído nos termos desta lei, visando participar de esforço conjunto de interesse comum, ou para cumprir execução descentralizada de função, serviço, obra ou evento de sua competência, observadas as disposições regulamentares a serem baixadas pelo Poder Executivo mediante Decreto.

§ 1º - O convênio de que trata este artigo, para efeito desta lei, é instrumento jurídico que disciplina a transferência de recursos públicos e tenha como partícipes órgão da administração pública estadual direta, fundo especial, autarquias, fundação pública, empresa pública ou serviço social autônomo, que esteja gerindo recursos financeiros do Estado, com vistas à execução descentralizada de função, serviço, trabalho, ação, obra, aquisição de bens, produtos e equipamentos ou à realização de evento, de interesse recíproco, em regime de mútua colaboração.

§ 2º - Havendo interesse, conveniência ou necessidade, as partes convenientes poderão aditar o convênio previsto no "caput" deste artigo, observado o Plano de Trabalho a ele inerente e o Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum (PLACIC), no que couber.

§ 3º - Para acompanhamento e controle do fluxo de recursos e das aplicações, inclusive quanto à avaliação dos resultados do convênio, referido neste artigo, o órgão ou entidade partícipe mencionados no parágrafo anterior, sujeitar-se-ão às instruções relativas à prestação de contas baixadas para este fim.

§ 4º - O recebimento de recursos para execução de convênio firmado por órgão ou entidade do Estado perante Consórcio Intermunicipal independe de expressa estipulação no respectivo termo, obriga os convenientes a manter registros contábeis próprios, para fins deste artigo, além do cumprimento de normas gerais de direito financeiro a que estejam sujeitos.

§ 5º - Os documentos comprobatórios das receitas e despesas realizadas serão conservadas em boa ordem no próprio lugar em que tenham sido contabilizadas as operações e postos à disposição dos agentes incumbidos do

controle interno e externo dos órgãos ou entidades convenientes.

§ 6º - Quando o convênio compreender aquisição de bens, produtos e equipamentos permanentes, será obrigatório a estipulação, nos seus termos, relativamente ao destino a ser dado aos remanescentes na data de sua extinção.

Art. 9º - Na execução de suas finalidades e objetivos o Consórcio Intermunicipal e a Associação Municipal a ele equiparado pautar-se-ão pela observância dos princípios da Administração Pública inscritos no Artigo 37 da Constituição Federal e na legislação decorrente, devendo, para tanto, na sua operacionalização levar em conta o seguinte:

- I. dar aos convênios e contratos que celebrarem com órgãos e entidades públicas ou privadas as mesmas formalidades e requisitos cabíveis e exigidas pelo direito administrativo;
- II. fazer seleção competitiva pública para admissão de seu pessoal técnico e administrativo para o exercício de função ou emprego;
- III. adotar o regime licitatório objeto da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação complementar;
- IV. organizar o seu orçamento e a sua escrita contábil nos termos da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e legislação complementar;
- V. submeter-se ao controle externo relativo a aplicação de recursos financeiros públicos.

Art. 10 - O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta lei, baixará informações normativas e minuta básica de ajuste com vistas a possibilitar no município interessado participar da constituição de Consórcio Intermunicipal relativamente à execução de serviço público, obra, aquisição de bens e equipamentos de interesse comum como indicado no artigo 2º desta lei.

Parágrafo Único - A minuta de ajuste a que se refere este artigo deverá prever, no mínimo, o seguinte:

- I. a participação no Conselho Diretor do Prefeito Municipal de representante técnico e se suplente de cada município consorciado;

- II. a paridade de representação, garantindo-se a cada município direito de voz e de voto;
- III. a distribuição de responsabilidades e de encargos e a forma de contribuição;
- IV. a gestão dos recursos sob a supervisão do Presidente do Conselho Diretor de Consórcio Intermunicipal, e a participação dos demais membros de sua Direção Executiva, nos termos do Estatuto;
- V. a inclusão obrigatória de, pelo menos, um município que possua ou tenha condições de criar infraestrutura orgânica de apoio e gerencial ao atendimento da demanda microrregional da totalidade dos municípios consorciados;
- VI. a estipulação de penalidades e vedações;
- VII. outras matérias de natureza afim ou complementar às definidas nos incisos precedentes.

Art. 11 - O Poder Executivo mediante Decreto poderá regulamentar a presente lei.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora apresentamos está amparada no Parágrafo Único do art. 12, da Constituição do Estado do Paraná:

"Parágrafo Único - A cooperação entre o Estado, a União e os municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar no âmbito estadual e municipal."

Também, em seu art. 14, a nossa Carta Magna Estadual estipula o seguinte:

"Art. 14 - O Estado do Paraná poderá celebrar convênios com entidades de direito público ou privado, para realização de obras ou serviços."

Sendo assim, estamos apresentando um plano de lei que visa estabelecer normas e diretrizes para a cooperação do Estado na Constituição de Consórcio Administrativo Intermunicipal e celebração de convênio entre este e a Administração Pública Estadual, procurando com isso estimular e

expandir o processo de desenvolvimento urbano no Paraná, dentro das saudáveis opções de reconhecimento e de fortalecimento do associativismo e do consorciamento municipal.

Esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste plano de lei, que possibilitará o fortalecimento de uma maior relação de cooperação técnica e financeira entre o Estado do Paraná e seus municípios, reunidos em consórcio, para executarem serviços públicos ou obras, trazendo com isso, o tão almejado progresso para o nosso povo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 113/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a firmar rerrratificação da escritura pública de doação de imóvel feita ao Município de Engenheiro Beltrão, conforme Matrícula nº 3.320, datada de 09 de dezembro de 1977, do Cartório de Registro de Imóveis daquela comarca, a fim de possibilitar ao donatário a utilizar tal imóvel para outras finalidades ligadas ao interesse da municipalidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O terreno em questão, está destinado a um fim específico, portanto, tal projeto dará ao Poder Executivo, condições para que seja utilizado para outras finalidades ligadas ao interesse da população.

PROJETO DE LEI Nº 114/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO WILSON MARCELINO FILHO", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 115/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE", com sede e foro no Município de Paulo Frontin.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 116/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA VILA RURAL ELZA LERNER", com sede e foro no Município de Mandaguçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária da Vila Rural Elza Lerner, fundada em dezembro de 1996, tem por objetivo promover e contribuir para formação e desenvolvimento da vida comunitária da Vila Rural, procurando representá-la em suas justas reivindicações junto aos poderes constituídos.

Assim sendo, apresentamos o presente Projeto de Lei, que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI Nº 117/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná, nos termos desta lei,

obrigado a dar informações a todas as pessoas residentes no território paranaense e que recebem nominal e regularmente as faturas de energia elétrica e/ou água, sobre a arrecadação mensal do ICMS, FPM e IPVA de cada município.

Art. 2º - Em cada fatura, seja de energia elétrica ou de água, deverá constar discriminadamente o valor repassado naquele mês da quota-parte do município relativo ao ICMS, FPM e IPVA.

Art. 3º - Para informar corretamente ao cidadão e cidadã paranaense, residentes nos municípios, o Governo do Estado designará o departamento competente da Secretaria da Fazenda Estadual, para colher as informações e repassá-las em tempo hábil a COPEL e a SANEPAR, para que os dados sejam impressos nas faturas de energia elétrica e de água.

Art. 4º - O não cumprimento de qualquer mandamento inserido nesta lei, caberá a autoridade responsável, seja o do Governo Estadual ou das Empresas de Companhia Mista citadas, arcar por crime de responsabilidade e outras penalidades previstas na legislação.

Art. 5º - A Assembléia Legislativa do Paraná acompanhará a implantação num prazo de 180 (cento e oitenta) dias da presente lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) NEREU MOURA

PROJETO DE LEI Nº 118/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam isentos de pagamentos de pedágio todos os veículos auto motor, emplacados nos municípios que sejam sede de praça de pedágio.

Art. 2º - Da mesma forma os veículos de qualquer natureza emplacados em municípios distantes em até 80 (oitenta) quilômetros, da sede daquele

onde está instalada a praça de pedágio, também ficam isentos de pagamento da respectiva taxa de pedágio.

Art. 3º - A Secretaria de Estado dos Transportes, fará os levantamentos necessários e relacionará os Municípios que serão beneficiados com a presente lei, repassando as informações para as empresas concessionárias das rodovias, para que a respectiva lista seja afixada em local visível na própria área de cobrança do pedágio, a fim de que os veículos emplacados nos municípios relacionados, sejam isentos das taxas de pedágio.

Art. 4º - O não cumprimento da presente lei, implicará no cancelamento sem aviso prévio do contrato, através do qual o Estado do Paraná, concedeu a rodovia em questão, para a exploração da empresa concessionária.

Art. 5º - Caberá a Secretaria de Estado dos Transportes, através do DER, a fiscalização para que os termos da presente lei, sejam cumpridas integralmente.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) NEREU MOURA

PROJETO DE LEI Nº 119/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado promover o estudo da dependência química e suas consequências neuro-psico e sociológicas - uso de drogas - no currículo escolar de Ensino Fundamental e Médio, a partir das matérias constantes do núcleo curricular básico elaborado pela Secretaria de Estado da Educação para as Escolas Públicas ou privadas, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - Os setores de supervisão e orientação escolar das unidades de ensino poderão convidar especialistas no assunto para ministrarem conferências, palestras, simpósios e outras atividades pedagógicas, preferencialmente dispondo do apoio dos núcleos

existentes no Estado, das entidades denominadas "AA" - Alcoólicos Anônimos e Narcóticos Anônimos, notadamente para as finalidades de depoimentos e apresentação de iniciativas e experiências realizadas.

Parágrafo Único - As atividades mencionadas no "caput", além de consideradas de relevante interesse público, poderão valer-se do apoio da Secretaria de Estado da Saúde, que disponibilizará os meios e recursos ao seu alcance.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de até 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O perigo das drogas e como consequência a dependência química, a que estão sujeitos os seus usuários, ronda a todos nós. Em todos os cantos do mundo, atingindo principalmente os adolescentes menos experientes e que, por força da curiosidade natural dos jovens, lançados pelo arroubo a aventura do novo modismo, são presas fáceis deste verdadeiro flagelo.

As escolas têm sido alvo de traficantes em busca de nova clientela e nossa juventude tem se deixado muitas vezes levar aos cominhos do vício pela falta de informação e de esclarecimento. Temos que aproveitar a atividade escolar para ministrar conhecimentos e mostrar aos adolescentes o perigo que o mal das drogas acarreta.

Os exemplos práticos precisam chegar aos jovens, através de depoimentos de dependentes em recuperação, que estão conseguindo se livrar do vício. A colaboração das entidades de recuperação de drogados e alcoólatras, como Alcoólatras Anônimos e Narcóticos Anônimos será de grande valia. Nada melhor do que a escola para transmitir estes ensinamentos e informações. Vamos utilizar a estrutura educacional e toda a sua grade curricular para o cumprimento desta importante missão. O auxílio da Secretaria de Saúde será também muito importante.

Segundo reportagem bem fundamentada da "Gazeta do Povo" do dia 15 de

janeiro de 1998, Curitiba é hoje uma das cinco capitais brasileiras onde há maior consumo de drogas. E a idade dos toxicômanos é cada vez menor. Já temos escolares de 10 anos consumindo drogas. Na operação escola, realizada durante o ano passado, com palestras e investigações em 70 escolas, a Delegacia de Anti-Tóxicos comandada pelo Delegado Doutor Adauto Abreu de Oliveira, encontrou problemas relacionados ao consumo de drogas em todas

Os traficantes estão cada vez mais agressivos, na tentativa de ampliar o seu mercado, conforme adiantou o Delegado Adauto Abreu de Oliveira, hoje há crianças de 10 anos e adultos de 70 anos viciados. Também não existe mais a barreira da classe social. Por isso é necessário que os pais estejam cada vez mais alertas com a mudança de comportamento de seus filhos.

Noventa e cinco por cento dos viciados em drogas têm entre 10 e 35 anos de idade.

É necessário não esconder dos jovens que as drogas têm o aspecto agradável no início, mas também que com o transcorrer do tempo transformam a vida do viciado num inferno. A dependência orgânica (dos opiáceos) e psicológica faz com que muitos viciados partam até mesmo para o roubo e assassinato para conseguir as drogas. E com o tempo desaparece a auto-estima e a razão de viver.

O Delegado Adauto Abreu informou que em uma ano em Curitiba, prendeu um total de 80 traficantes e 250 usuários. É um número muito expressivo, principalmente se levarmos em conta que há em Curitiba mais de 30 órgãos policiais, lidando somente no varejo, o que explica o grande número de prisões. A Polícia Federal trata do atacado, efetuando as grandes apreensões de todos os tipos de drogas.

Considerando a crescente evolução do tráfico internacional que vem utilizando o nosso País não somente como rota mas também como mercado consumidor, é necessário a imediata entrada em ação no combate aos traficantes de drogas, cujas atividades ilícitas vêm afligindo cada vez mais a sociedade paranaense, em face da situação geográfica do Estado e suas fronteiras internacionais. São portanto, fundamentais a repressão ao tráfico ilícito e indevido de substâncias en-

torpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, aprovou Projeto de Lei mais ou menos idêntico a esta proposição, de autoria da Deputado Alice Tamborindeguy, sancionado pelo Senhor Governador, convertendo em Lei sob o nº 2.803-A, de 07 de outubro de 1996.

Esperamos que com esta nossa iniciativa seja transformada em lei, com caráter de urgência que o assunto tão importante merece.

PROJETO DE LEI Nº 120/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A Administração Pública Estadual, direta e indireta, deverá disponibilizar em endereço próprio, na INTERNET, os avisos de licitação que realizar, nos prazos da lei.

Parágrafo Único - O disposto no "Caput" vale para licitações nas modalidades de concorrência, tomada de preço, convite, leilão e concurso realizado pela administração direta, autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas.

Art. 2º - Os avisos publicados na Imprensa Oficial e na imprensa privada deverão informar o endereço referido nesta lei.

Parágrafo Único - Dos avisos veiculados pela INTERNET deverão constar as mesmas informações exigidas pela lei para aqueles publicados em veículos impressos.

Art. 3º - O Poder Executivo, em 60 (sessenta) dias, deverá criar endereço comum que servirá a todos os órgãos, e providenciará para que toda a Administração Estadual passe a utilizá-lo, na forma desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa integrar a Administração Pública Estadual ao moderno meio de comunicação que é a INTERNET, propiciando às empresas, com

maior agilidade, acessar o elenco de avisos de licitação que os variados órgãos veiculam.

Assim, assegura-se maior competitividade nos processos licitatórios e, por consequência, economicidade nas contratações administrativas.

O Deputado Sérgio Spada (PSDB) aprovou ontem três emendas no projeto do Governo que cria a organização social ECOPARANÁ para administrar as ações de turismo em todo o Estado, viabilizando a instalação da instituição em Foz do Iguaçu.

Acompanhando as lideranças do setor turístico de Foz, como ABAV, Sindicato dos Hotéis, SINDETUR, FOZTUR, Câmara de Turismo em audiência com o Secretário Estadual Osvaldo Magalhães, o Deputado Spada apresentou as emendas, aceitas pelos empresários e governo, para que a sede da ECOPARANÁ fosse no maior pólo turístico estadual e acrescentando dois novos integrantes no Conselho de Administração da organização, representando o Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, onde estão instaladas as bases náuticas na Costa Oeste, e um Deputado Estadual da Comissão de Turismo. Além disso deu nova redação ao artigo que considera um representante do setor turístico, determinando que seja efetivamente da iniciativa privada.

O projeto aprovado vai para a sanção do Governador Jaime Lerner e dará a Foz do Iguaçu o privilégio de ser o único município do Oeste a contar com a sede de órgão com status dirigente, que contará com recursos financeiros e pessoal, beneficiando diretamente todo o turismo daquela região e do Paraná.

Durante a votação do projeto, o Deputado Sérgio Spada apresentou sua defesa da organização "por acreditar que ela servirá para agilizar a estrutura do turismo no Paraná, dotando-o de profissionalismo e competência. Pois só assim poderemos competir em igualdade com outros pólos turísticos".

PROJETO DE LEI Nº 121/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a VILA RURAL FRANCISCA FERREIRA BORGES, no Distrito de Sertãozinho, no Município de Engenheiro Beltrão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na Rua das Flores, s/n, no Distrito de Sertãozinho, na Cidade de Engenheiro Beltrão, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de Direito Privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A Associação da Vila Rural Francisca Ferreira Borges, tem por finalidade auxiliar e estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras da localidade (vila, bairro e distrito), seus problemas, recursos e aspirações; promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária da localidade; representar os moradores em suas reivindicações junto aos poderes constituídos; promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade; receber e distribuir recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza; e colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhes conhecimento dos problemas do bairro ou vila, pleiteando as respectivas soluções.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6.994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 122/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE RONDON, no Município de Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.98.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede na Avenida Brasil, 2.062, Município de Rondon, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A Associação de Senhoras de Rotarianos de Rondon, tem por finalidade promover maior aproximação entre as famílias de rotarianos e fomentar a amizade entre as esposas; manter o objetivo da finalidade assistencial previamente estabelecido, dirigir e colaborar com outras iniciativas por ele julgadas meritórias, e desenvolver programas tendentes a inspirar movimento análogos em outras comunidades rotárias.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6.994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos apresentando à Casa para apreciação, um Requerimento que solicita um voto de louvor a equipe de transplante de medula óssea do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. Esta equipe, que iniciou na década de 70 os seus trabalhos, registrou na tarde de ontem, a invejável cifra de um mil transplantes rea-

lizados pela equipe. Ela representa - e é responsável por 60% dos transplantes de medula óssea realizado no País e um dos pioneiros da América do Sul. Daí o nosso entendimento, espero que também o seja dos demais Deputados que compõem esta Casa, no sentido de parabenizá-los com um voto de louvor.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a "Folha de Londrina" de hoje, estampa em manchete: "Renault não paga os seus operários." Na parte de "Economia", ela traz a motivação - e aqui acho que apenas foi a colocada a manchete mais para chamar a atenção da questão - mas não é só a Renault, que vem utilizando-se da terceirização, e neste processo de terceirização das obras e da mão-de-obra das realizações, perde-se na cadeia dos terceirizados a verdadeira responsabilidade de quem esta contratando.

Está ocorrendo, com relação às empresas que estão se instalando no Paraná e vem ocorrendo também com relação ao consórcio do tipo Anel de Integração do Governo. Especialmente com relação a ECONORTE, há dias atrás, nós já intervimos para que ela assumisse a responsabilidade solidária em relação às empresas com as quais ela terceirizou, firmou convênio de terceirização. E tivemos a resposta imediata do Doutor Gustavo, engenheiro da ECONORTE, no sentido de regularizar a situação, aquela situação foi regularizada, mas com certeza há ainda muitos problemas a serem resolvidos e a "Folha de Londrina" traz nas páginas internas, inclusive aqui uma declaração da Rosângela Losada, da Junta de Conciliação da Junta de Trabalho, que mostra uma série de processos já na justiça, e empresas inclusive do Estado de São Paulo e de outros Estados, que não têm como o trabalhador ir atrás, inclusive está sendo difícil a própria Justiça do Trabalho ir atrás.

Hoje nós, contatando com o Doutor Tércio de Albuquerque, Delegado do Trabalho no Estado do Paraná, já se prontificou em realizar para o próximo dia 23 deste mês, uma reunião com as empresas, os empreiteiros e os responsáveis pela privatização das estradas do Paraná, no sentido de que estes arbitrios sejam corrigidos, e sobretudo, os direitos dos trabalhadores sejam resguardados. Porque se, até a justiça está tendo dificuldades de

localizar as empreiteiras que estão contratando e executando essas obras no Estado do Paraná, já pensou o contador e humilde trabalhador, a dificuldade de encontrar seu patrão!

Por essa razão estamos aqui e solicitamos a atenção de todos para esse grave problema que vem acontecendo no Estado do Paraná. Estaremos em seguida, solicitando à Secretaria do Trabalho do Estado do Paraná que também tome providências junto às empresas, até porque grande parte delas receberam recursos gratuitos do Governo do Estado com dez anos de prazo, sem juros, sem correção.

Fica aqui o nosso registro e a nossa preocupação com relação a este problema que enfrenta hoje a classe laboriosa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna no dia de hoje é sobre a matéria que está sendo veiculada no jornal "Indústria e Comércio", na qual demonstra as grandes dificuldades que têm passado os pequenos e micros empresários do nosso Estado.

Os pequenos empresários e comerciantes têm entrado nas suas contas bancárias, principalmente cheque especial, onde os juros são altíssimos, por cerca de 9,5% a 10% ao mês, ou têm feito empréstimos com nota promissórias com juros altíssimos. Aqui em Curitiba e em várias cidades do interior, esses empresários têm fechado suas empresas ou têm demitido funcionários para manter a empresa funcionando. Quando vão em busca de dinheiro emprestado no Banco do Brasil ficam lá 30, 60, 90 dias atrás de dinheiro, até o dinheiro do PROGER. Os gerentes, pelo cansaço, matam esses pequenos proprietários e não dão o empréstimo. Há mais de seis meses esses empréstimos estão suspensos. Aí, esse pequeno proprietário já em dificuldades, vai à insolvência.

Foi criado e anunciado aos quatro ventos o Programa de Geração de Empregos e Renda, chamado PROGER.

Temos em nossas mãos uma Ata da reunião do PROGER, do dia 19 de março de 1998. Nesta Ata estavam representantes das Universidades, da Secretaria de Estado de Emprego, representantes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e outros mais.

(Faz a leitura da Ata).

O Senhor Antonio Valdir de Oliveira Filho, da Superintendência Nacional do Banco do Brasil, chegou a afirmar em dado momento daquela reunião, conforme registrado na Ata, o seguinte: que o PROGER não foi criado para atender o pequeno empreendedor, pois o programa não é filantrópico, contrariando tudo aquilo que Fernando Henrique Cardoso tem dito através da imprensa. O que os Governos Estaduais têm dito, é que é um programa para atender os pequenos e que seria um alívio no desemprego. No entanto, este Senhor, Antonio Valdir de Oliveira Filho, da Superintendência Nacional do Banco do Brasil, chega a afirmar que o PROGER não é para os pequenos. Ou seja, é novamente um outro programa que visa atender o grande capital nacional e não os pequenos empresários, que são aqueles responsáveis pela maioria dos empregos no nosso Estado.

Chegam a afirmar em dado momento, que o PROGER não pode atender os pequenos, porque a inadimplência é muito alta. Chegam a dizer que a inadimplência no Estado do Paraná é a mais alta de todas - é acima de 2% - e a própria Ata, documento feito por eles, contrariando a afirmativa da Ata, traz a inadimplência em todos os municípios paranaenses, e ela é de nº 1.572. Quer dizer, eles mentem nas reuniões, que quando têm o documento, demonstra a mentira.

Senhores Deputados, essa situação é gravíssima, há mais de seis meses não se tem nenhum programa de atendimento aos pequenos empresários em nosso Estado. Em função de denúncia pública que foi feita ontem, através da "Clube", pelo jornalista João Bello, que a sua empresa edita o jornal "Bacacheri", é que veio a público esse documentos, inclusive, a minuta que temos em nossa mão, de um convênio que será assinado pelo Governador Jaime Lerner e o Banco do Brasil, dizendo que é para atender os pequenos, quando o próprio Banco do Brasil afirma que o PROGER não tem esta finalidade.

Isto é gravíssimo e entendo que este Parlamento não deve ficar somente neste pronunciamento, mas voltarmos à tona e manifestarmos em público como um Parlamento e não como uma indignação de alguns empresários, pequenos empresários, e este Deputado. Voltaremos e na sequência trazer o debate ao plenário desta Casa, porque a crise de desemprego é violenta e não pode um programa de geração de empregos como o PROGER, ser usado para fins eleitorais, que é o que está se desenhando, tanto a nível nacional, como a nível local, uma vez que vai deixar provavelmente agora, deve assinar semana que vem, em função de ter trazido a público este documento, esta proposta de convênio que seria assinada entre o Banco do Brasil e o Governo do Estado. Estava na gaveta seis meses de debate, enquanto isso as pequenas empresas fechando em nosso Estado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Passamos ao próximo orador inscrito, Deputado Toti Colaço, que fará a apresentação dos convidados que lançarão uma edição importante sobre a Fumicultura e mais sobre a questão da ecologia no nosso País.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Temos a honra nesta manhã, de contarmos com a presença de dois ilustres cidadãos, empresários de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, mas que têm contribuído e muito para o desenvolvimento do nosso Estado do Paraná.

Está conosco aqui, na tribuna de honra, o Doutor Haisi Gralow, Presidente da AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil e o Doutor Hélio, que é o Presidente do Sindicato das Indústrias de Fumo do Rio Grande do Sul, acompanhados do Engenheiro Florestal, Doutor Jorge Farias.

Hoje, às 17:00 horas, estarão fazendo o lançamento de um segundo livro que versa sobre a "Floresta e a Água", aqui no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Queria chamar a atenção dos Senhores Deputados da importância e o resultado do que a AFUBRA tem realizado no nosso Estado, principalmente na Região Sul. Foi de fundamental importância nestes últimos oito, dez anos.

Os nossos pequenos agricultores na região de Imbituva, na região de Rio Azul e Irati, enfim, todo o Centro-Sul e Sul do Paraná, tem se mantido no interior lavrando a terra em razão deste projeto, que foi lançado anos atrás, que é a produção de fumo. E a Associação dos Fumicultores do Brasil, aqui hoje representado pelo seu Presidente, fará uso da palavra por alguns minutos para poder, rapidamente, retratar a importância primeiramente da presença dos fumicultores no nosso Estado e da importância deste trabalho didático e educativo que será distribuído gratuitamente em todo o Estado do Paraná, através desta Associação e das indústrias de fumo do nosso País.

Doutor Haisi, por gentileza.

O SR. HAISI GRALOW - Queremos saudar a Presidência desta Casa, a Mesa, os Senhores Deputados, meu colega Jorge Farias, da AFUBRA e também o Doutor Hélio Fensterseifer, Presidente da Indústria do Fumo, as Senhoras e os Senhores, e também chamar a atenção de forma especial à imprensa que é a multiplicadora das informações.

Obrigado, Deputado Toti, por esta oportunidade. Obrigado, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A AFUBRA, normalmente é conhecida como a entidade de classe que faz o seguro agrícola, aquele seguro das lavouras certamente tão desejado por tantas outras culturas, mas a nossa atividade certamente não termina aí. Temos muitas outras, mas gostaria apenas de resumir o nosso projeto "Verde é Vida", que foi lançado há 10 anos passados, com a intenção de não atingir apenas os agricultores, estes sim de uma forma especial e específica, mas nos preocupamos com a nova geração, aquela que está surgindo e que certamente vai tomar as rédeas do nosso Estado e do nosso País daqui a pouco mais.

Então, resolvemos através deste Projeto "Verde é Vida", entrar nas salas de aulas. Primeiramente no 1º Grau, posteriormente no 2º Grau, para distribuir mudas, e o nosso Engenheiro Florestal mostrar como é fácil fazer isso. Multiplicar esta idéia, fazer com que todos contribuam, porque meio ambiente e ecologia não se faz unicamente por uma ou duas pessoas, apenas a união faz isto. Posteriormente, che-

gamos à conclusão de que há muito mais trabalho, nos associamos à empresas do ramos dos fertilizantes para ajudar a custear estes livros, porque sabíamos que a sua distribuição deveria ser gratuita.

Editamos no ano passado, este primeiro livro denominado "A complexidade dos Ecossistemas", também com um caderno de exercícios para os alunos, para que os professores tenham um melhor preparo para que as aulas sejam corretamente ministradas. Estes livros já foram distribuídos e vamos ter também a distribuição deles hoje, às 17:00 horas, aqui no Plenário da Assembléia.

E para este ano, começamos depois de passado deste primeiro, que pretende ser a base de todo um estudo ecológico e ambiental, lançar a cada ano um estudo específico. Para o ano de 1998 foi escolhido a "Floresta e a Água". Este livro está sendo lançado hoje. Vamos lançar no ano que vem - e já está também definido o título: "O Solo e a Água".

Senhores Deputados, permita-me a Presidência, ressaltar da necessidade da nossa união. Queremos fazer a nossa parte, estar com vocês, e não podemos nos esquecer de forma nenhuma a grande participação que as indústrias dão também na parte do reflorescimento. Desconhecer isso seria uma grande injustiça. Precisamos da união de todos. Como será maravilhoso conseguirmos nos unir ao Estado de Santa Catarina! Sei que nos conhecemos e podemos contar com muitos de vocês.

Também gostaríamos que pudéssemos nos integrar mais a esses 329 municípios, que de momento estão integrado ao Projeto "Verde é Vida", que em mais de 6.600 escolas que atualmente estão no nosso projeto, que em mais de 440 mil alunos, que atualmente já participam deste trabalho, pudessem ser integrados. É por causa disso que estamos aqui hoje.

Eu teria um grande prazer e diria isso, em nome dos pequenos agricultores, àqueles que tão somente dos que têm terras, têm 18,5 hectares de terra, não são os grandes produtores. Com isso não estamos dizendo que estamos contrários a quem tem mais terra do que eles. Mas esses que defendemos, em média os que têm 18,5 ha e destes, Senhor Presidente, são 160 mil produ-

tores dos três Estados do Sul. E destes, temos 50 mil que não são proprietários e não têm terras. Essas pessoas residem e trabalham e sociedade, em parecerias com outros. Também gostaríamos que eles pudessem ficar no meio rural. Mas só poderemos garantir isso, se eles tiverem uma evolução natural e normal.

Desde já gostaria de agradecer mais uma vez por esta grande oportunidade e dizer que a AFUBRA está muito presente no Paraná, não apenas pelos seus mais de 18 mil associados, de famílias, também pelas nossas filiais, no Rio Negro, Irati e em Imbituva.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - A Mesa se associa ao Deputado Toti Colaço e desejamos sucesso no lançamento do livro "A Floresta e a água", no Estado do Paraná.

Desejamos, Presidente da AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil, Haisi Gralow, também que acompanha o Doutor Hélio, que é Presidente do Sindicato do Fumo de Santa Cruz do Sul, e o Engenheiro Jorge Farias, também da AFUBRA, que esse trabalho possa ser desenvolvido em nosso Estado, porque sabemos da importância da fumicultura no desenvolvimento econômico e no crescimento do nosso Estado. Para nós é extremamente importante e felicitamos a AFUBRA pela iniciativa, porque certamente contribuirá muito com a educação e com a cultura no nosso Estado.

Muito obrigado.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria deixar registrado também os nossos agradecimentos ao Deputado Anibal Khury, Presidente da nossa Assembléia Legislativa, pelo fato dele, no início, ceder o Salão Nobre, participar e abrir este espaço para que fosse o lançamento desse segundo livro da AFUBRA, aqui, no Estado do Paraná.

Agradecemos também a Vossa Excelência, que preside a sessão nesta manhã.

O lançamento será feito às 17:00 horas.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Fica registrado, Deputado Toti Colaço.

Encerrado o Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PL. PSN. PSDB. PTB. PDT. PT. PTB.

(Declinam).

Com a palavra, o Líder do PMDB, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, gostaria de solicitar mais uma vez ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, os esclarecimentos que pedimos há mais de uma semana, acerca da contratação de professores concursados, que prestaram exames, escolheram vagas e que não foram até o presente momento contratados.

O segundo aspecto é sobre um Pedido de Informações que fizemos acerca da não coincidência das informações prestadas através da publicação jornalística, "Paraná em Transformação", a respeito dos convênios das APAE's da Região do Vale do Ivaí. Discrepância essa que vem sendo reclamada pelos dirigentes das APAE's daquela região e de outras regiões.

Naquela oportunidade, também solicitamos informações acerca da contratação dos agrônomos e veterinários do último concurso da Secretaria da Agricultura, dentro daquele programa que o então Secretário Hermas Brandão desenvolveu, de um programa de defesa agropecuária do Paraná. E faço hoje também mais uma solicitação de informações, já que fui procurado por algumas pessoas ontem e hoje. A Secretaria da Agricultura no dia de ontem - se não me falha a memória ou no início desse mês - determinou a paralisação do programa de fiscalização, comercialização de produtos de origem vegetal.

É um produto que vinha sendo desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e que fiscalizava a qualidade sanitária de produtos como: farinha de mandioca, milho, feijão, arroz, lentilha, canjica, pipoca, evidentemente todos os produtos vegetais comercializados no Paraná, tendo propiciado esse serviço de fiscalização da comercialização de produtos de origem vegetal, possibilitando o surgimento daquela tarja de qualidade que vem na parte

inferior dos pacotes dos produtos que normalmente compramos nos supermercados do Estado do Paraná. Um serviço da maior importância que demanda pouquíssimos funcionários. São oito no interior do Estado e apenas quatro na capital, e que era realizado numa parceria entre a Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura.

Então, gostaria de saber qual a razão que este importante serviço da Secretaria da Agricultura, mantido ao longo de todos esses anos, foi extinto nesta semana pela própria Secretaria da Agricultura.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Perfeitamente, Deputado Orlando Pessuti.

Continua o Horário das Lideranças.

PFL. Liderança do Governo.

(Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei Complementar, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de dois (02), de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de dois (02), de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em número de dois (02), de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 582, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente, requer a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 145/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Associação Flávia Cristina, localizada em Londrina. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 145/97
REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Flávia Cristina, com sede e foro na Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.03.98.

(aa) **CÉSAR SELEME** - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 02
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 660/97, de autoria do Deputado Neivo

Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Ação Social Espírita Casa da Criança Otília Honória Magalhães - ASSECOHM, com sede nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 202/97, de 19.11.97).

ITEM 03
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 021/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Fenilcetonúricos e Hemmocistinúricos - AFEH, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 04/98, de 02.03.98).

ITEM 04
2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/98, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, à Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, parte do imóvel de sua propriedade, denominado Lar Escola Herminia Lupion, nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.**

Em discussão o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 05
1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 720/97, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Ademar Traiano e outros, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senador José Fogaça. (Publ. no D. A. nº 226/97, de 11.12.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 720/97

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria dos Senhores Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Ademar Traiano e outros, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senador **JOSÉ FOGAÇA**.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, entendemos que a mesma encontra-se em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos parecer favorável, opinando pela aprovação da mesma.

Sala das Comissões, em 31.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 570, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 720/97.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 722/97, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Ademar Traiano e outros, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro Pedro Malan. (Publ. no D. A. nº 226/97, de 11.12.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 722/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Senhores Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Ademar Traiano e outros, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ministro PEDRO SAMPAIO MALAN.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 31.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 583, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 722/97.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/98, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Marino Pereira. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 03/98, de 18.02.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 018/98

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, visa conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Marino Pereira.

Analisada a presente matéria, verificamos que a mesma não está em conformidade com as normas legislativas.

Portanto, somos de parecer favorável à emenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

PROJETO DE LEI Nº 018/98

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor MARINO PEREIRA.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.98.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOEL COIMBRA - Relator

ITEM 08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Arleto Zacarias Silva Júnior. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 04/98, de 02.03.98)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 027/98

P A R E C E R:

A matéria ora em análise através desta Comissão Técnica, de autoria do ilustre Deputado Luiz Accorsi, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor ARLETO ZACARIAS SILVA JÚNIOR.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, entendemos que a mesma encontra-se em

condições de prosseguir sua normal tramitação processual legislativa.

Neste sentido, manifestamos parecer favorável, e opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 31.03.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a proceder a permuta do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 15.962 do Cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Cidade Gaúcha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 19, de 24.03.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 65/98

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder a permuta do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 15.962 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Cidade Gaúcha.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(a) JOEL COIMBRA
Presidente e Relator

Aprovado.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - O item nº 10, como o item 9, são projetos de autoria, primeiro do Presidente da C.C.J.; segundo, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, com pareceres favoráveis apenas da C.C.J..

Seria importante que esse projeto passasse pela Comissão de Terras para receber uma análise regimental exigida.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Deputado Emerson Nerone, o projeto do item 9 é matéria vencida, já foi votado. Posso acatar a sua questão de ordem no item 10.

O SR. EMERSON NERONE - Gostaria de pedir que pudéssemos votar também o nº 10, uma vez que a C.C.J. já se posicionou favorável à constitucionalidade. E, em seguida, a Presidência encaminhe para a Comissão de Terras para que, na 2ª Discussão tenhamos um parecer da Comissão. Tanto o item 9 como o item 10.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Perfeitamente.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar os Lotes nºs 28, 29, 31, 32 e 33 do imóvel Núcleo Itaperuçu, situado no Município de Morretes, a Clóvis José de Oliveira e Zofia Dorocinski. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar os lotes nºs 28, 29, 31, 32 e 33 do Imóvel Núcleo Itaperuçu, situado no Município de Morretes, a Clóvis José de Oliveira e Zofia Dorocinski.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.05.96.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 33/96

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 023/96, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Clóvis José de Oliveira e Zofia Dorocinski os lotes nºs 28, 29, 31, 32 e 33 do Imóvel Núcleo Itaperuçu, situado no Município de Morretes.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Solicito que os projetos do item 09 e do item 10 sejam encaminhados à Comissão de Terras antes que retornem à Ordem do Dia.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) -

Gostaria de registrar voto contrário meu e do Deputado Ângelo Vanhoni, no item 05 e no item 06.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Não será possível, porque este projeto foi retirado na Ordem do Dia, por Requerimento do autor, por dez sessões. Foi o que a Casa votou.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Entrando em entendimento com o Líder do Governo, ele me adiantou que a Bancada do Parlamentares já está de posse dessa documentação - que trata-se de uma farta documentação - e que o próprio Valdir Rossoni providenciaria a remessa desses documentos para o meu gabinete.

Solicito a retirada ou a suspensão por cinco sessões, até a documentação chegar em nosso poder.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sobre a mesa, Requerimento nº 561, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -

Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 581, de autoria dos Senhores Deputados Edgar Bueno, Augustinho Zucchi, João Techy e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

- Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu, desde o primeiro instante, tive esta postura de abrir as minhas contas e autorizei ao Presidente do BANESTADO, que trouxesse a conhecimento da população do Estado do Paraná, a minha situação no BANESTADO. Mas, ao ouvir a leitura do Requerimento n e, também, a ouvir comentários hoje, de rádios, acho que também seria muito importante acrescentarmos nesse Requerimento, quais são os Deputados que receberam empréstimos a juros subsidiados.

Porque ouvi agora, espantado, de um comentarista que merece todo o nosso respeito, que os Senhores Deputados - e a generalização é que traz à esta Casa, acredito, a grande preocupação - se beneficiam de empréstimos a juros subsidiados.

Quero dizer a todos os Senhores Deputados aqui desta Casa, que sou Deputado por sete anos nesta Casa, nunca fiz empréstimos no BANESTADO e se não fiz empréstimo, não posso ter recebido juros subsidiados. Então, fico espantado, porque de repente, os erros sucessivos que aconteceram no BANESTADO no decorrer dos longos anos, não vamos nem achar os culpados, está ficando para a população paranaense, de que quem deixou nesta situação são os Senhores Parlamentares.

Gostaria de fazer aqui um pedido ao Deputado Edgar Bueno, para que não votássemos, neste momento, este Requerimento, para que estudássemos um Requerimento mais completo, onde não deixássemos nenhuma dúvida pairar sobre os Parlamentares. Porque, somente o Requerimento falar dos inadimplentes, vai ficar a dúvida de que os Parlamentares desta Casa, estão recebendo empréstimos com juros subsidiados. E essa é uma dúvida ainda maior e o povo, a população, as vezes até, que não tenham conhecimento de toda a situação do BANESTADO, podem acreditar que somos os responsáveis.

Não quero discutir itens ou pontos, que seria importante até serem

discutidos e teremos o momento oportuno, o qual aproveito aqui, para solicitar ao Deputado Vanhoni que retire o Requerimento seu, de sua autoria, onde ele convoca o Secretário Giovani Gionédís para vir a esta Casa esclarecer a questão do BANESTADO. Já existe o compromisso público do Líder do Governo, do Secretário Giovani e do Governador Jaime Lerner, que tão logo tenhamos os números exatos, porque não podemos vir aqui conversar com os Senhores Parlamentares e trazer esclarecimentos com números que não sejam exatos.

Está sendo feito este trabalho por uma equipe altamente técnica do BANESTADO, pelo Banco Central e tão logo tenhamos os números será discutido nesta Casa, não sei se em audiência secreta ou não, mas teremos a oportunidade de ter aqui o Secretário da Fazenda, Giovani Gionédís, o Presidente do BANESTADO e toda a Diretoria do BANESTADO, para trazer ao conhecimento desta Casa e para discutir a melhor solução para o BANESTADO.

Agora, é importante ressaltar, neste momento de muita responsabilidade, na hora em que palavras infelizes e até desastrosas do Presidente do BANESTADO. Tem que ter responsabilidade e garantir à população paranaense que o trabalho que está sendo feito, os estudos que estão sendo feitos, as negociações que estão sendo feitas com o Banco Central são para não trazer prejuízos aos correntistas, aos investidores e aos aplicadores do BANESTADO. É importante ressaltar esta questão, porque é uma questão de responsabilidade. É claro que todos os Senhores Deputados querem esclarecer esta questão e também quero, mas temos que ter aqui muita responsabilidade, porque estamos trabalhando com uma questão muito melindrosa, que são Bancos, e todos conhecemos histórias de Bancos que poderiam ter uma saúde financeira melhor e sofreram intervenção por notícias, por palavras de interesse não sei de quem, e que vieram a sofrer intervenção do Banco Central.

Então, que fique ressaltado e gostaria que o Deputado Edgar Bueno considerasse esta minha posição, porque assinei o seu Requerimento hoje pela manhã e não tinha conhecimento deste comentário que foi feito em rádios da Capital. É importante que tam-

bém se traga a conhecimento quais são os Deputados que têm empréstimos a juros subsidiados no BANESTADO, porque esta dúvida também não pode ficar. É esta a minha e gostaria que fosse considerada pelo Deputado Edgar Bueno.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, acho que a informação que o Deputado Valdir Rossoni traz ao Plenário é muito importante. E, fico grato de saber que o mesmo, com estas observações, o Líder do Governo vota favorável a este Requerimento, porque já manifestou isto publicamente, de disponibilizar a sua situação financeira em relação ao Banco do Estado.

Quero fazer uma solicitação ao Deputado Edgar Bueno: que ele acrescente à caneta, neste Requerimento, agora, que todos os empréstimos aos Deputados sejam fornecidos com as informações de que forma foram contrai-dos ao Banco, só isso. E aqueles que são inadimplentes e de que forma foram dados os empréstimos. Lavra isto com caneta agora e votamos imediatamente este Requerimento, porque não podemos permitir que o Estado do Paraná, através das palavras do Presidente do Banco do Estado do Paraná, comece a julgar que os problemas do Banco do Estado do Paraná são em função de que os Deputados que devem ou têm empréstimos subsidiados, sejam ou causadores do rombo do Banco do Estado do Paraná.

Então, para que possamos limpar esta discussão, não vejo outra forma a não ser que votemos e aproveemos este Requerimento. A solicitação que faço, é que o Deputado Edgar Bueno acrescente com a caneta, não precisamos postergar nada, requerendo também todas as informações de que condições foram feitos estes empréstimos: com juros subsidiados ou não, de cada Deputado. Só isso!

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Pela Ordem!

(Assentimento)

Gostaria de concordar com o pronunciamento do Deputado Ângelo Vanhoni, porque não tive esta idéia, e ele, brilhantemente, trouxe esta sugestão, na qual acatamos e sugerimos também ao Deputado Edgar Bueno.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Além de já ter subscrito o Requerimento, havia feito um para dar entrada na sessão de ontem, e como não houve sessão, acabei me associando ao Deputado Edgar Bueno e aos demais que fizeram o Requerimento desta natureza.

Queria chamar a atenção dos Senhores Deputados pelo seguinte fato: estava falando hoje pela manhã com o Deputado Vanhoni a respeito do episódio que ocorreu ontem na Presidência da Casa, com a presença do Presidente do Banco e do Secretário da Fazenda, e o que está acontecendo hoje? Passei, Senhores Deputados, a fazer o seguinte juízo: as declarações do Presidente do BANESTADO, Senhor Neco Garcia, fora orientada, dirigida, premeditada e planejada. Precisava se achar alguém realmente que fosse tingidos de quebrar o Banco do Estado do Paraná.

Não estava se achando, até o presente momento, Deputado Vanhoni, um motivo muito forte ainda para a privatização do Banco. Hoje, o que se ouve pela imprensa é que os verdadeiros responsáveis pela quebra do Banco somos nós. Somos "boi de piranha", me diz aqui o Deputado Edson Lino.

Gostaria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que ficasse atentos para os desdobramentos, no que vai acontecer a partir de hoje, nas próximas semanas. Foi muito grave, Deputado Duílio Genari, as declarações iniciais do Presidente do Banco, Neco Garcia. E, ontem, pelo seu modo de se comportar, em momento nenhum ele pediu desculpas a esta Casa, naquela reunião, na nossa presença e do Deputado Anibal Khury. Isto quer dizer o quê? De que estava ali e que tinha que manter aquelas declarações, porque havia o interesse maior de que este Poder seja o responsável direto publicamente, Deputado Luiz Carlos Martins, pela quebradeira do Banco.

Quero deixar este registro, a minha preocupação de que não seria somente assinar este requerimento. Já no passado, no primeiro mandato, já havia colocado uma emenda num projeto do Governo do Estado, de todos aqueles que exercem funções públicas, não so-

mente do Secretário de Estado, do Governo do Estado, daquele que está até no terceiro escalão, mas nós, representantes deste Poder. Entretanto, foi uma emenda vencida, naquela época.

Talvez seja o momento, Senhores Deputados, agora, de fazermos um Projeto de Lei, para que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná quebre o sigilo bancário e entregue as suas contas a quem quer que seja: do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica ou no exterior. E que fiquemos livres desta pecha que estão querendo nos incutir e repassar para a população. Por detrás destas declarações, tem gente que está preparando isto daí, a meu ver, salvo melhor juízo.

Era isso, Senhor Presidente.
Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Para encaminhar a votação, o Deputado autor do Requerimento, Edgar Bueno.

Os Deputados Orlando Pessuti e Emerson Nerone também se inscreveram para encaminhar.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvia atentamente as declarações dos demais Deputados desta Casa. Quero dizer que concordo com as observações do Deputado Líder desta Casa, Valdir Rossoni, e também com as sugestões do Deputado Vanhoni, para que possamos incluir alguns dados importantes, para o esclarecimento da população do Paraná. Quando termino o Requerimento, digo o seguinte - e abro uma brecha aqui para que se inclua - "com as suas obrigações e demais esclarecimentos necessários, conforme justificativa anexa". Quer dizer, estou abrindo oportunidade para os demais esclarecimentos, e tão logo termine o meu pronunciamento vou até à Mesa para incluir o seguinte: "incluindo o nome de todos os Deputados que contrairam o empréstimo subsidiado e como estes débitos foram quitados. E que fique autorizado, se necessário, a quebra do sigilo bancário dos Deputados que compõem esta Casa". Esta será a inclusão então, do Requerimento que vou levar até à Mesa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (*Questão de Ordem*) - Ficaria difícil - e acho que depois a própria administração do Banco se respaldaria do sigilo bancário. Mas que, sobretudo, fosse quebrado o sigilo bancário dos Deputados que subscreveram, porque aqueles que não subscreveram, realmente vão ter que se explicar para a sociedade.

Porque, caso contrário, tenhamos a justificativa por parte da administração do Banco, sobre o sigilo bancário.

O SR. EDGAR BUENO - Deputado, a nossa preocupação é de que o Banco não preste as informações à sociedade, baseado no argumento do sigilo bancário. Isso não pode acontecer.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Mas é legislação federal e ele fica escudado nessa questão.

O importante seria dos que estão assinando, porque os que estão assinando, estão autorizando a quebra do seu sigilo bancário.

O SENHOR PRESIDENTE (*Luiz Claudio Ronelli*) - Tenho uma sugestão de texto que supriria esta questão levantada pelo Deputado Valdir Rossoni.

Gostaria que o autor do Requerimento viesse à Mesa, que temos a sugestão aqui.

O SR. EDGAR BUENO (*Para Encaminhar*) -

A questão do sigilo bancário - concordo em retirar do Requerimento, mas sugiro que cada Deputado, por si só, faça isso ao Banco.

Então, fica a critério de cada Deputado.

Senhores Deputados, todos sabem das declarações desastrosas que fez o Presidente Neco Garcia a toda a imprensa do Paraná. E hoje, 53 Deputados estão sendo taxados por mil funcionários do Banco, pela sociedade em si, por toda a população do Paraná, que nós, os 53 Deputados, somos os responsáveis pela situação financeira que vive hoje o Banco do Estado do Paraná.

Não podemos protelar este Requerimento, ele precisa ser votado hoje, porque devemos e temos compromissos com a sociedade do Paraná. Temos a obrigação de levar o mais rápido possível a toda a sociedade paranaense, o esclarecimento desta situação. Foi

irresponsável o Presidente Neco Garcia, quando generalizou a questão dos empréstimos a Deputados, porque sei que a grande maioria, ou seja, mais de 30 assinaturas concordaram com este Requerimento.

Sei que o problema não é desta gravidade. E não podemos pagar esta conta para a sociedade paranaense.

Ontem, num programa de televisão em Cascavel, um repórter e um futuro candidato diziam: temos, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 53 Deputados caloteiros, porque o Deputado Rosinha ficou isento. 53 Deputados caloteiros, a não ser que provem em contrário. E nada mais justo do que nós, como homens públicos, tenhamos a responsabilidade de provar o contrário, porque tenho certeza absoluta de que os Deputados não são responsáveis pela condição financeira que vive hoje o BANESTADO. Está aí prestes a ser privatizado. Propostas do Governo para privatizar este que é um grande banco. E vamos pagar a conta. E infelizmente isso não pode acontecer, porque todos os Senhores sabem que os negócios mal feitos do BANESTADO ainda não foram levantados. Vem de Governos e mais Governos e temos quantas irresponsabilidades de dinheiro público que foi emprestado por empresas fantasmas. Isso até agora não foi levado a público.

Agora querem colocar nos ombros desses homens que representam este parlamento, se não formos e não esclarecermos essa questão, com certeza absoluta, esta será uma das maiores ofensas ao Poder Legislativo, cometida por um homem irresponsável. Não estou nem pedindo aqui para que ele renuncie ou para que o Governo o demita. O que quero, que se ele renunciar, que o faça depois desse esclarecimentos tão importantes para a sobrevivência e para a imagem de cada Parlamentar desta Casa.

Portanto, encaminho um Requerimento, vou fazer essa conclusão já na Mesa e gostaria que fosse votado hoje, que não se protelasse isso para outras sessões.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (*Para Encaminhar*) - Vejam os Senhores Deputados, principalmente a imprensa aqui presente, que dos 54 Senhores Deputados, acho que o teria que ser isento

realmente não seria o Florisvaldo Fier. Deveria ser isento disso o ilustre Deputado Ângelo Vanhoni, que nesta Casa, desde o primeiro dia que aqui se assentou, foi ele o defensor contra a Diretoria do Banco, conseqüentemente não poderia, de forma alguma, ter benefício algum do Banco do Estado do Paraná.

Então, que se incluía também, quando falamos em 53, diminuiu para 52, onde todos estamos inseridos. O Vanhoni é o número um nesta Casa, em relação ao Banco do Estado do Paraná.

Mas, queria testemunhar aos Senhores Deputados, que na tarde de ontem, estivemos com a primeira dama em Ponta Grossa, o assunto era assunto da família, da criança, lá fomos em Ipiranga, inaugurarmos uma creche e retornamos a Ponta Grossa, atendendo 19 Prefeitos, estendendo a eles recursos à APAE, à Asilos, enfim, à instituições de caridade.

Mas o assunto não era esse, o assunto que toda a imprensa presente pegou o Deputado Plauto e o Zuk queriam saber disso que estamos falando agora. Qual foi a nossa reação, colocamos, eu e o Plauto e lá está estampado nos jornais de Ponta Grossa, que o Deputado Luiz Carlos Zuk e o Deputado Plauto Miró Guimarães abrem as suas contas, não tivemos nenhum favor, nem eu nem o Plauto, em termos de Campos Gerais, e acredito que os outros representantes daquela região não tiveram nem um único favor do Banco do Estado do Paraná, ao inverso, ajudamos o Banco como a maioria desta Casa, com a descoberta que todos nós possuímos ou a maioria possui de cheque especial pagando oito, nove, dez por cento e até doze por cento sobre o valor do limite. Isso que eles vão encontrar na maioria dos Senhores Deputados desta Casa.

Agora, quando Sua Excelência, o nobre Deputado Anibal Khury traz a este Parlamento aquela autoridade do Banco do Estado do Paraná, pelo relato feito pelo ilustre Deputado Toti Colaço, que não testemunhamos, mas acreditamos na palavra que ele aqui pronunciou, que aquela autoridade financeira do Estado não pediu desculpas, não retroagiu nas suas palavras, generalizando uma denúncia que deveria ser endereçada a quem merece, a quem deve e não a esses Deputados; subscre-

vi, chequei um pouco atrasado, devido ao problema da estrada que continua - Ponta Grossa a Curitiba continua um problema, quero ver a solução futura.

Endosso o que o ilustre Líder do Governo, Valdir Rossoni, disse em referência ao Requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni, para que trouxéssemos, como ele vai trazer sem o Requerimento, a mais alta autoridade financeira que é o Secretário Giovani Gionédís e, tenho certeza que o Presidente do BANESTADO vai ter este Requerimento.

Pego a Mesa Executiva que hora dirige a Casa, que agilizasse o procedimento na tramitação interna desta Casa desse Requerimento, que acredito vai ser aprovado, para que chegasse hoje mesmo nas mãos do Presidente do BANESTADO e nos dêssemos 24 horas. Já que ele não se retrata, que seja homem para nominar. Não aceito, como chefe de família, como homem ligado a Região dos Campos Gerais, que nada devo, que não tenho nada a temer, como acredito nos Senhores Deputados, desse 24 horas para esse, que creio que é o responsável por aquilo que fala, assumo, diga e seja homem em nominar.

Gostaria que a Mesa entregasse a tarde e ele tenha até amanhã para dizer quem é que deve, quem é que é inadimplente, e não generalize os Parlamentares.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

O Deputado Toti Colaço fez com brilhante clareza a situação eu vivemos.

Hoje pela manhã, já tinha uma rádio me ligando, porque há dias atrás, quando discutia a questão do BANESTADO, da privatização, de quem quebrou, quem não quebrou, quem tirou, quem se beneficiou dentro do BANESTADO, fui à rádio e afirmei que há vinte anos tenho conta no BANESTADO e nunca fiz um empréstimo pessoal, nem avalizei, nem indiquei ninguém a fazer. E, esta mesma rádio, em nome até da verdade, me ligou e disse: "Deputado, o Presidente Neco Garcia alegou que o senhor também é um dos devedores do BANESTADO, que o senhor

também contribuiu para a quebra do BANESTADO". Não, ele não disse isso. Ele está afirmando que só o Deputado Florisvaldo Fier não deve ao BANESTADO. Agora nos cabe a difícil posição de estar explicando aonde vamos. Podem ter certeza, aqueles que vão para o interior, vão para as suas bases, serão inquiridos pela população, pelos companheiros, quanto foi o benefício que recebemos do BANESTADO. Ai, teremos que estar dando explicações.

É importante que esta Casa tome de pronto uma decisão, porque senão, além de estarmos passando por caloteiros do Banco, seremos responsabilizados por sua quebra. Esse é o grande peso que está sobre esta Casa, especialmente sobre as nossas cabeças. Estou de pleno acordo com o Requerimento formulado pelo Deputado Edgar Bueno.

Agora, o próprio Neco Garcia, ontem esta Casa isentou, porque ele disse que deve mais de um e menos de vinte. Então, são 35 Deputados que não têm pendência com o Banco do Estado do Paraná. Não é o que consta aqui no jornal (Lê):

"Neco Garcia mantém as acusações e amplia a crise."

Se as acusações foram que Deputados, menos o Deputado Florisvaldo Fier, se valeram de benefícios junto ao Banco do Estado do Paraná e é essa a situação que está sendo passada para a população. E, é a hora oportuna para se conhecer a realidade.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) -

Só para lhe ajudar: o que foi dirigido para esta Casa foi para desviar a atenção do fato real, que é objetivo do Banco. Para mim, é um subterfúgio que está sendo usado da realidade que não querem mostrar.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar) -

Por isso que elogiei o Deputado Toti Colaço, pois ele foi no âmago da questão. Não foi dizer que é pelo Governo, mas por aqueles que têm o interesse na privatização do Banco. Tem mais, direi o que fizemos ontem. Quando vi pela CBN as acusações, procurei o Senhor Neco Garcia para saber se aquelas eram realmente declarações dele. Não o encontrei. Tomei uma decisão: encaminhei um expediente pessoal do correntista José Maria Ferreira ao

BANESTADO, solicitando que ele decline, nos últimos vinte anos, qual foi o empréstimo que tomei junto ao BANESTADO, como foram as liquidações e qual foi o empréstimo beneficiado que recebi. Estou aguardando a resposta, porque inclusive, tive essa iniciativa, pois vi o Deputado Orlando Pessuti com saldo conduto do Luiz Antonio Fayet e vou querer um do próprio Neco Garcia, porque ele disse que devemos.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Antes de dar prosseguimento aos oradores inscritos, gostaria de dizer que o autor já encontrou a frase que resolve a questão de juros subsidiados. Fica agregado ao texto principal do Requerimento, a expressão, a frase: "bem como de empréstimos eventualmente realizados a juros subsidiados."

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já firmamos este Requerimento, assinando junto aos Senhores Deputados, para que o Banco do Estado do Paraná preste a esta Casa e ao Paraná como um todo, os esclarecimentos necessários sobre essas notícias de dívidas dos Senhores Deputados Estaduais, de problemas que os Deputados Estaduais estariam acarretando ao Banco do Estado do Paraná.

No que diz respeito a nossa pessoa, temos sido mencionados pelos corredores desta Casa, por corredores do Palácio, por corredores deste Paraná afora, como sendo devedor do Banco do Estado do Paraná, de uma soma superior de dois milhões de dólares. Esses mesmos comentários, surgiram no início desse Governo, quando nós, ainda Presidente desta Casa, fizemos a convocação extraordinária para o funcionamento deste Parlamento e, naquela ocasião incluímos como uma das matérias a serem discutidas, a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas. Então, naquela oportunidade, pelos corredores da Casa, pelos corredores do Estado do Paraná, dizia-se que o Pessuti não poderia ir ao tribunal de Contas, que não podia fazer aquela coisa toda, porque era devedor de mais de dois milhões no BANESTADO.

Tomei como precaução, naquela oportunidade, o mesmo que está tomando o Deputado José Maria Ferreira hoje, oficieei ao Banco do Estado do Paraná, pedindo que me informasse qual era a posição dos meus débitos naquela casa financeira. E recebi do Presidente do Banco do Estado do Paraná, o Ofício CGR TEG 0299/95, de 31.03.95, onde ele comunica que no momento, a responsabilidade pendente do Deputado Orlando Pessuti é de apenas R\$ 678,68 (seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos) saldo devedor do meu super-cheque, da conta nº 56817-3. Aí parou tudo isso, ninguém falou mais nada.

Aí veio o episódio que o Governador Requião acusava o Deputado Durval Amaral de ter se beneficiado num ajuste de contas com o BANESTADO. Aí mais uma vez a minha pessoa foi citada nas conversações, tanto com pessoas do BANESTADO; dossiês foram mandados à Casa Civil, parece que tem na Liderança do Governo, me parece que tem na Presidência desta Casa. Mas também, nesta oportunidade o Deputado Durval Amaral relatava o suposto benefício que teríamos tido com o Banco do Estado do Paraná, daí também o Deputado Durval Amaral nos ajuda a confirmar aquilo que estamos dizendo, porque em "release" que mandou à imprensa e matéria que foi publicada, lá também o Deputado Durval Amaral diz que as nossas responsabilidades, os nossos empréstimos do Banco foram liquidados em junho de 1994. Então, o Deputado Durval Amaral, ao relatar o seu episódio, junto ao Banco, ao criticar a postura do Senador Requião, também declara que a minha dívida junto ao Banco do Estado do Paraná foi liquidada em junho de 1994.

Recentemente, se não me falha a memória, semana passada, tenho a fita em meu gabinete, o Secretário da Fazenda Giovani Gionédís, em entrevista na CBN, quando indagado, ele responde pessoalmente: o Pessuti quitou a sua dívida.

Então, não posso, Senhor Presidente, continuar aceitando calado todas estas insinuações que algumas pessoas continuam fazendo. Até agora ninguém colocou ainda no papel isso, só falam. Quando foi comentado pelo Deputado Durval Amaral a nossa pendência junto ao Banco do Estado do Paraná, a

forma como ela tinha sido liquidada, viemos aqui nesta tribuna e fizemos um relato completo do que tinha acontecido, fizemos um depoimento de certa forma, que está registrado nos Anais da Casa, e que eu disse: "Aquilo que eu disse na tribuna da Assembléia é a mais pura e verdadeira verdade, que sustento de pé, deitado, de dia e de noite, com chuva e com sol, sob tortura, ou sob lá qualquer medida que se possa adotar contra nós", porque é a pura expressão da verdade.

Então, Senhor Presidente, firmamos este Requerimento, assinamos, porque queremos, sim, que o Banco do Estado do Paraná diga se estamos devendo e que apresente os documentos desta dívida. Porque o Secretário Giovani Gionédís, na CBN, já disse: "o Pessuti quitou a sua dívida." O Deputado Durval Amaral, no "release" que mandou aos jornais que foi publicado: "a dívida do Pessuti foi liquidada em junho de 1994", e o Presidente do Banco, Luiz Antonio Fayet, em março de 1995, diz que não temos nenhuma dívida com o Banco.

Até hoje relevamos isso tudo, mas a partir do momento em que isso for levado adiante, da forma como se insinua que vai ser levado, seremos obrigados a buscar na justiça a reparação dos danos que estão nos causando.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - O próximo orador inscrito.

Pediria que os oradores pudessem utilizar só o tempo regimental, para que todos possam fazer uso da palavra.

Com a palavra o Deputado Emerson Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Primeiro, uma análise: quem é que faz essa acusação? Essa acusação vem de um homem que mantém sob suspeitíssima forma o monopólio privado dos transportes deste Estado, quem anda pelo Estado do Paraná com os ônibus da Garcia, conhece a diferença de preço e de competência do serviço que presta o Senhor Neco Garcia, através de suas empresas.

Portanto, vem daí essa acusação. Segundo, o Senhor Neco Garcia, ao receber este Requerimento que vamos bo-

tar hoje, vai dar a mesma resposta que já deu anteriormente com relação à BANESTADO Leasing, por exemplo. Quando, por aquilo que se chama sigilo bancário no Brasil, que se estende ao escondimento de tudo que é falcatrúas que se faz neste País, o Secretário Osvaldo Magalhães foi, de suspeito em envolvimento e falcatrúas no BANESTADO Leasing, elevado à condição de Secretário de Estado do Senhor Governador Jaime Lerner. Todo o Paraná e esta Casa tinham certeza que o BANESTADO Leasing havia feito uma série de irregularidades, mas porque talvez conhecesse muito sobre o BANESTADO e muitas coisas internas do Governo, ao invés de afastado e processando ou pelo menos investigado, foi elevado à condição de Secretário do Governador Jaime Lerner.

O Senhor Neco Garcia, ao declarar que 53 Deputados paranaenses são inadimplentes, na verdade quebrou o sigilo bancário de 53 Deputados. Não é isso, Senhores Deputados? O sigilo bancário de 53 Deputados foi quebrado.

Então, peço o encaminhamento de duas coisas através deste Requerimento: o primeiro que o Requerimento seja aprovado e que esta Casa exija sob todas as formas, que haja a quebra de sigilo bancário, que seja exposta a forma como foram contraídos estes empréstimos já quitados e a quantia que se deve, a forma que se devem os empréstimos de cada Deputado Estadual do Paraná.

E segundo - este é um pedido que faço à Comissão Executiva desta Casa - que aja de forma rigorosa numa ação judicial com quebra de sigilo bancário contra o Senhor Neco Garcia, que ele possa sofrer uma ação judicial por parte desta Casa, porque ao dizer que 53 Deputados devem ao BANESTADO, ele quebrou o sigilo bancário de 53 Deputados Estaduais. Portanto, uma ação na justiça, através da Comissão Executiva desta Casa, seria de bom alvitre, colocaria em bom termo a incompetência deste homem que, ao defender o Secretário Osvaldo Magalhães sugeriu a questão do sigilo bancário para que não fossem abertas as suas contas e, num momento de tensão do Banco, jogou sobre os Deputados Estaduais, abrindo sim, o sigilo bancário, não contou quanto devemos, mas disse que devemos ao BANESTADO.

Portanto, uma ação da Comissão Executiva é o pedido que faço a esta Mesa. Que seja feito de forma imediata. Ele não disse que devíamos, disse que tínhamos contraído dívidas e que tínhamos dívidas atrasadas junto ao BANESTADO.

O Senhor Neco Garcia, com toda a competência que tem para administrar uma empresa que mantém um monopólio privado, só poderia vir com esta forma de defesa de um Banco que foi de forma incompetente administrado por ele, mas que tem uma história a ser preservada, que precisa ser preservado nas mãos do Governo do Estado do Paraná.

Não é em nome de jogar a pecha sobre os Deputados Estaduais que o Senhor Neco Garcia vai salvar o BANESTADO ou vai mostrar à população do Paraná que o BANESTADO precisa ser privatizado, pelo contrário, o Senhor Neco Garcia deveria sim lutar, neste momento, junto com a Assembléia Legislativa e junto com todos os paranaenses para salvar o BANESTADO, para tirar o BANESTADO destes rolos feitos através do BANESTADO Leasing, através dos Secretários do Senhor Jaime Lerner e jogá-lo no trilho da história de novo como o Banco de fomento deste Estado,

Muito obrigado!

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli - Próximo orador inscrito, Senhor Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A casa está caindo! É preciso criar um fato novo e este fato foi criado! Nada melhor do que lançarmos dúvidas em cima de um Poder para esconder os eventuais equívocos administrativos, para esconder a responsabilidade de cada um que responde pelo BANESTADO.

Gostaria de saber da negociação do BANESTADO em relação aos "Cadeados Pado". O BANESTADO assumiu a dívida desta empresa, junto ao BNDES. Gostaria que o Presidente do Banco me repassasse esta explicação.

Aqui, hoje, nada será resolvido. A Casa está praticamente vazia. O Senhor Presidente está ausente. Temos pouco o que fazer. A reunião de ontem foi ridícula, onde do Presidente do

Banco parecia que tinha como determinação reafirmar as acusações contra os Deputados, para esconder algo que lhe cabe dar a sua resposta.

Gostaria de saber sobre as operações da BANESTADO Leasing e sobre diversas com mais clareza. Acho que uma CPI poderia trazer tudo isso à baila. Não numa sala ou aqui, hoje, numa sessão vazia ou praticamente vazia, que chegaremos a alguma coisa. É para tapar o sol com a peneira! Isso é para ganhar tempo. É para desmoralizar de uma vez por todas o nosso Poder.

Está na hora de colocarmos a mão na ferida! Está na hora de assumirmos a nossa responsabilidade enquanto Parlamentares, como homens públicos, representantes do povo humilde, trabalhador dos industriais, dos empresários decentes do nosso Estado. Ou vamos ficar aqui batendo papo, enquanto as situações são gravíssimas!

Minha gente, é hora de sermos Deputados de verdade e vamos assumir esta questão do Banco do Banco como Parlamento, poder e responsáveis que somos.

Eu, mais uma vez repito, que o Presidente do Banco me remeta, baseado em que garantias ele recebeu para assumir a dívida, junto ao BNDES, dos "Cadeados Pado", para dizer apenas uma coisa, a mínima, de uma empresa pequena, mas que tem por trás gente interessada.

Preciso dizer também que não sou devedor do Banco e que jamais o fui e tirei um tostão do Banco. A acusação que o Presidente do Banco faz não me atinge.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Cláudio Ronanelli) - Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobres Pares, Companheiros desta Casa.

Quando vim para esta Casa, vim porque acreditava - e acredito - seriamente na seriedade desta instituição como instrumento de mudanças e de transformações na nossa sociedade.

Ontem, quando uma das minhas filhas, me olhando com um certo olhar de desdém, me questionava se eu estava sendo um dos beneficiados, com juros subsidiados nos empréstimos do

BANESTADO, entendi que era hora também de manifestar a minha indignação, o meu aborrecimento diante dos fatos que estão ocorrendo agora.

Muitas vezes, vemos a imprensa denegrindo Parlamentares, mas acreditamos na imprensa séria, que procura apresentar os fatos como eles de fato o são. E, entendendo que a imprensa está aqui presente hoje, gostaria que ela também citasse o nome dos Deputados que se predispõem a abrir o seu sigilo bancário e entre eles me coloco como um dos Deputados, e dou plena autoridade a este Poder, à imprensa e todos quanto desejarem olhar para todas as minhas contas bancárias, em todos esses anos que as tenho.

Tenho conta no Banco BRADESCO, em dois Bancos, um deles inativo, mas tenho que dar as contas. No BAMERINDUS, no Banco do Brasil e no BANESTADO. No BANESTADO, uma conta quando eu era Vereador, que está inativa, mas poderão abri-la a qualquer momento, para que o povo saiba que existem muitos Deputados sérios, corretos.

Senhor Presidente, estava vendo o Deputado que me antecedeu dizendo que não tem empréstimo. Não há mal nenhum em ter empréstimo no BANESTADO como qualquer cidadão comum, os seus Josés, Antonios, poder ter conta no BANESTADO e empréstimos. O que tem que ser colocado aqui são os caloteiros, os que não pagam as contas. Agora, querer denegrir toda esta instituição e os Deputados, isto jamais! E a imprensa deve também colocar isso em questão, em suas matérias e manchetes.

Acredito que muitos Deputados aqui estão indignados. E o direito de fazer empréstimos é o direito de qualquer um. O que não pode haver são estes empréstimos a juros subsidiados, porque aí passaremos a ser uma exceção e não podemos agir e viver desta forma.

Fica aqui, Senhor Presidente, autorizado a esta Casa e registrado nos Anais, que o Deputado Hidekazu Takayama permite a qualquer momento, a abertura de suas contas, a quebra do sigilo bancário para qualquer pessoa ou repórter que desejar conhecer as minhas contas bancárias.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados!

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Clandio Romanelli) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, para encaminhar a votação, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)
- Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Vi alguns Companheiros citarem um dado que precisa ser levado em consideração. Estamos dizendo completamente o enfoque da questão. Daqui a pouco, o que vai acontecer, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, é que aprovamos um Requerimento - eventualmente o Banco tenha ou deixa de ter um ou dois Deputados que por uma razão ou outra tenha um compromisso atrasado do Banco. A direção do Banco apresenta e votamos uma lei aqui autorizando a rolagem de dívida levantada em dois bilhões e setecentos milhões de reais, como se tivesse tudo resolvido, tudo esclarecido, porque se levantou o nome de dois ou três Deputados, puxando lá como agulha do palheiro, alguém que eventualmente tem uma conta não paga no Banco do Estado do Paraná.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, por que não ampliar este Requerimento? Se é para mexer na área política como um todo, por que não, Secretário de Estado? Porque não diretores o Banco, o próprio Presidente do Banco? Por que a Assembléia Legislativa vai ser a vitrine de uma mesma discussão bem mais ampla que tem que ser colocada. E os devedores tradicionais do Banco, os acordos por fora feitos no Banco? Porque o que está parecendo aqui - me desculpe, Deputado Valdir Rossoni - dão impressão o seguinte: o Presidente do Banco sai desse episódio, até pela sua intransigência, diria até pela sua incapacidade de comunicação, não vejo como o Governo do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná possa negociar com o Banco Central com uma pessoa intransigente, despreparada, inculta e banal para tratar deste assunto.

Será que o Senhor Neco Garcia é o símbolo maior da decência, da honestidade, será que ele procede na sua vida particular, nos seus negócios da forma como acusa genericamente esta Casa? Será que se formos na Prefeitura de Londrina, os seus impostos naquela Casa estão pagos religiosamente, como

um cidadão que se dá o direito de acusar o outro, que tem que agir? Será que tudo isso é assim? E vai bastar, Deputado José Maria?

Seguinte: amanhã vai com o ímpeto de valentia dizer que não retira as acusações, e passa por sério e nós todos por caloteiros e está resolvido o problema do Banco. Senhores Deputados, não sei onde é que Vossas Excelências estão pondo o dinheiro de empréstimos do BANESTADO. Porque são 54 Senhores Deputados e o próprio Governo, o Secretário da Fazenda do Governo, tem nos dito, sistematicamente, que vai trazer os números, e que esses números ultrapassam um bilhão, na totalidade são dois bilhões e quatrocentos o valor da rolagem da dívida. Será que isto está dividido em 54 Deputados aqui? São esses os devedores do Banco? É esse o pessoal que está quebrando o Banco. Será que os funcionários estão levando empréstimos a juros zero? Se está acontecendo de funcionários terem empréstimos com juros zero, menos do que o funcionário, mais responsabilidade tem quem concedeu, porque a ele cabia a execução das normas financeiras do País.

Esse é o maior responsável. Não é quem sacou, é quem concedeu, porque a autoridade de conceder estava nas mãos de quem concedeu. Ora, acho que não podemos desviar esse foco! Sugiro que venhamos incluir nesse Requerimento mais pessoas, vamos discutir essa questão com profundidade. Quem é o causador de um prejuízo de uma instituição bancária, quem empresta ou quem coloca em depósito com juro maior que juro de mercado?

Quem é que gera lucro e quem é que gera prejuízo? Essas questões nada se analisa. Desviamos o foco da discussão, desviamos o foco da discussão do pedágio da semana passada, desviamos o foco da discussão da rolagem de saneamento ou não do Banco do Estado do Paraná para nos preocuparmos com o Diretor do Banco, que na verdade, nunca deveria ter sido convocado para a função. Aliás, tem pessoa que diz que foi um puro acaso, numa situação eventual de um nome que acabou sendo indicado para a função primordial de Presidência do Banco do Estado do Paraná.

Na reunião de ontem, quero falar com a experiência de quem foi Chefe da Casa Civil. Nunca vi uma reunião igual

aquela! Na ponta da mesa, o Presidente da Casa tentando ver se contornava a situação. O assessoramento, o Secretário da Fazenda tentando contornar a situação, e a intransigência do Presidente agravando a situação. Me questiono: será que esta pessoa tem habilitação para negociar em nome do Banco do Estado do Paraná com o Banco Central e com o Ministério da Fazenda, para negociar o saneamento do Banco do Estado do Paraná, tem preparo para isto, tem equilíbrio para isso? Tem capacidade de diálogo para resolver o problema da rolagem da negociação da nossa dívida?

Ora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares! Não se esgota aqui esta discussão, venhamos fazer o não, quero sugerir ao Deputado Autor do Requerimento, que inclua os nomes de Diretores, de Secretários, de membros do Governo nesta relação com o Banco do Estado do Paraná. Se não quiser fazê-lo, vamos fazer por fora, na sequência para não prejudicar esse Requerimento, mas sai desta Casa e a população do Paraná não se esgota a discussão do Banco do Estado do Paraná, com a revelação ou não do nome de Parlamentares. Até porque, quebra de sigilo bancário, Deputado, não adianta nem solicitar, porque quebra de sigilo bancário é determinação da Legislação Federal e não do Banco do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Encerrado o processo de discussão, está em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

- Gostaria de esclarecer que do meu ponto de vista, aos Deputados aprovarem este Requerimento, mesmo apenas esses que estão subscrevendo o Requerimento, estão autorizando o Presidente Manoel Neco Garcia, de divulgar a situação financeira desses Deputados em relação do Banco do Estado do Paraná. Seja com juros subsidiados, seja com empréstimos inadimplentes, seja com transações de super cheque, que beneficiaram este ou aquele Deputado, com as negociações recentes a respeito das contas deste Deputado. É a nossa declinação da Lei Federal, de que impede a divulgação do sigilo bancário.

Por isso, proponho que aprovemos este Requerimento, porque é a declara-

ção ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, que estamos solicitando e de que ele está autorizado a divulgar a lista completa a respeito das operações financeiras, que estes Deputados que subscrevem este documento estão solicitando.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Gostaria de fazer um esclarecimento, só para terminar o processo de votação, ao Deputado Ângelo Vanhoni. Que, ao aprovar este Requerimento é a expressão da vontade da Assembléia Legislativa, que está sendo materializada formalmente e, certamente, os Senhores Parlamentares que não assinaram, por diversas razões: estão em viagem, que por esta razão não assinaram, também, obviamente concordam com o Requerimento que está sendo aprovado, ou seja, ele é subscrito por 54 Senhores Parlamentares.

O SR. EDGAR BUENO (Para Encaminhar) -

Ouvi atentamente as colocações do Deputado Caio Quintana, mas acho que é de muita urgência este Requerimento e precisamos votar isso imediatamente, até para não comprometer muito mais a imagem dos Senhores Parlamentares.

Alguns Parlamentares que se encontram nos gabinetes, que não estão aqui, deveriam estar aqui discutindo este assunto, porque é um assunto de importância fundamental. Alguns estão viajando, mas os que estão na Casa têm a responsabilidade pública de estar aqui, inseridos nesta discussão. Esse Requerimento não impede que outros Requerimentos possam entrar nesta Casa, mas esse não podemos mais prorrogar.

Portanto, gostaria de pedir a Vossa Excelência que coloque à disposição dos demais Deputados.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Em votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado. Aprovado pela unanimidade desta Casa.

Queria registra aqui a presença do Prefeito de Nova Esperança, na tribuna de honra desta Casa.

Questão de ordem, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Questão de Ordem) - Estou comunicando a Vossa Excelência e aos Senhores Deputados, que a partir de hoje, diante da gravidade dos fatos, arrolados em relação a privatização do Banco do Estado do Paraná e a situação por que passa o nosso Banco e, da documentação que tenho em meu dispor, dos atos do Presidente do Banco do Estado do Paraná, estou solicitando, englobando a quebra de sigilo bancário dos Deputados, das contas, estou solicitando uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para investigar e apurar a fundo as questões relativas ao Banco do Estado do Paraná.

Está aqui já com as assinaturas. Estamos coletando assinaturas.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Requerimento nº 547, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Secretário de Estado da Fazenda, Diretores do BANESTADO, e das Empresas do Conglomerado, para prestarem esclarecimentos sobre o processo de privatização do Banco. **Retirado pelo autor.**

O SR. ÂNGELO VANHONI - Retiro este Requerimento, porque o próprio Líder do Governo, já noticiou com as de ontem do Secretário, que ele virá à Assembléia Legislativa, para discutir, ponto a ponto, as questões relativas ao Banco do Estado do Paraná.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Requerimento nº 548, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 559, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 560, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 562, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 565, 566 e 569, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 572, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 575 e 576, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 578, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 579, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 584, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 577, 652, 728/97; 025 e 066/98.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a sessão.